

DOSSIÊ PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL PARA PROJETOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS

APRESENTAÇÃO | PLANEJAMENTO TERRITORIAL, MOBILIZAÇÃO COLETIVA E DISPOSITIVOS ESTATAIS: ALGUMAS NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE ARGENTINA E BRASIL NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XXI

Ariel García¹

Universidad de Buenos Aires (UBA)
Buenos Aires, Argentina



Leda Buonfiglio²

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil



Fernanda Sánchez³

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil



O estudo das políticas estatais, seu desenho, ações resultantes e seus efeitos, geralmente partem de perspectivas que consideram uma racionalidade unívoca, uma direção inapelável bem como a elaboração de diagnósticos que têm como pressuposto o fato de que os problemas de intervenção se devem a falhas, às dificuldades relacionadas às insuficientes capacidades burocráticas de um determinado órgão.

1. Doctor, Investigador Categoría Independiente CONICET-CEUR, Profesor Universidad de Buenos Aires (UBA), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3007-0355>, e-mail: arielgarcia@conicet.gov.ar.
2. Doutora, professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6243-8575>, e-mail: ledabuonfiglio@id.uff.br.
3. Doutora, professora titular do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU UFF), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8532-4180>, e-mail: fsanchez@id.uff.br.

Neste dossiê buscamos oferecer elementos que contribuam para uma teoria do Estado latino-americano, a partir da análise de sua ação concreta e efetiva nos territórios. Interessa-nos, portanto, abordar a dificuldade de estudar o Estado na sua genealogia, identificando os marcos institucionais que dão densidade às relações sociais de produção, reconhecendo a relevância que os estados adquirem na luta e gestão da terra; bem como expor o potencial que a análise e a realização de custos adquirem para o planejamento de projetos que assumam criticamente as categorias econômicas clássicas acerca da viabilidade dos projetos.

Contudo, a tarefa não é simples. A discussão em torno de conceitos reificados como “planejamento” e “Estado” significa começar por questionar as construções narrativas com as quais concebemos os nossos objetos de estudo, seja como pesquisadores, como professores em sala de aula e/ou como militantes. Para além do desafio de questionar as narrativas impostas e/ou cristalizadas, quase sempre há uma descrença completa frente aos conceitos de “planejamento” e “Estado”. A docência em planejamento territorial ou em alguma disciplina semelhante em estudos urbanos e regionais para jovens nas universidades brasileiras ou argentinas capta bem essa descrença. Para além de uma dimensão política e midiática que atravessa o senso comum da vida cotidiana quanto à construção da ideia de declínio do “planejamento” e do “Estado”, nossas e nossos jovens estudantes latino americanos vivem muitas vezes em comunidades periféricas ou em bairros empobrecidos e carregam consigo um letramento empírico e um glossário prático que, no limite, atualizam o descrédito acerca das reais possibilidades de alguma mudança e transformação territorial bem como uma desconfiança de toda prática estatal.

A descrença no Estado e na ferramenta do planejamento é em geral didática porque é proporcional ao pouco repertório de experiências alternativas acumuladas que temos para apresentar em sala de aula ou em nossas pesquisas. Há importantes exceções de experiências na extensão universitária, ou no chamado planejamento conflitual, no qual grupos universitários desenvolvem assessoria sob demanda dos movimentos sociais e em parcerias virtuosas com outros movimentos. Essa discussão pode partir do lugar que a pesquisa acadêmica ocupa nos países latino-americanos, no qual o vínculo com o território permite a elaboração de formas alternativas de conceber a agenda de temas e a formação de pesquisadores comprometidos com seu entorno, além de sua própria reprodução no sistema científico-tecnológico. Em nossa comunidade acadêmica, há um acúmulo de estudos e teorias que apontam o território como ele é, sinônimo de conflitos, e de lutas sociais pelo alargamento das políticas públicas. Na longa tradição latino-americana de conflituosidade dos territórios repousam todos os expedientes históricos de espoliação, extrativismos, despejos em massa, des-territorialização, violências de todo tipo: racial, de gênero, de classe, fundiária e epistêmica.

Por isso que a proposta deste dossiê “Planejamento Urbano e Regional para Projetos Econômicos Alternativos” atrai provavelmente um menor número de trabalhos do que se fosse um dossiê sobre diagnósticos e análises de conflitos territoriais. O tratamento analítico sobre o Estado e planejamento exige, portanto, esse imenso esforço; desconstruí-los enquanto conceitos reificados; não ficar refém de uma teoria crítica que insiste em dizer que o planejamento não serve diante do atual estágio do capitalismo neoliberal e uma certa criatividade para tentar buscar intervenções práticas e alternativas de planejamento em qualquer lugar que possam florescer. Na sala de aula, nas experiências de extensão universitária, na pesquisa, na ação política, no chão dos territórios populares, não faltam experiências alternativas de planejamento, seja ele insurgente, contra-hegemônico, radical, contracolonial ou simplesmente popular. Trata-se de ressignificar os agentes nesses territórios, reconhecer as interfaces sociedade e Estado, pensar criticamente o planejamento

como ferramenta de emancipação, de enfrentamento das desigualdades abissais em nossa sociedade.

Por conta dessa complexidade, resulta possível olhar duas respostas diante da provocação de um dossiê que propõe pensar projetos econômicos alternativos; uma dimensão acionada pelo caminho das políticas públicas, ali onde alguém age em nome do Estado; e outra dimensão acionada pela categoria da luta e da resistência nascidas justamente nos territórios em conflito e portanto, que tenta superá-los.

A partir da discussão apresentada, trata-se de colocar o foco no lugar das pessoas, motivações e grupos de interesse que operam por meio de dispositivos estatais para influenciar a produção da ordem social sob diversas estratégias de planejamento, seja por meio de dinâmicas ofensivas, concessivas ou de resistência aos ciclos de neoliberalização, seja a partir da concepção de projetos econômicos alternativos em associação com organizações territoriais, que possam inscrever-se nos tecidos da economia popular e da economia social. Por outro lado, nesta perspectiva, propõe-se apreender e reconhecer a multiplicidade de expressões do Estado: representações, unidades burocráticas, programas, projetos, leis, agentes, manifestações materiais (infraestruturas, documentação), estatísticas (incluindo o campo de disputa em torno de sua metodologia), rótulos classificatórios (mediante os quais as discriminações por classe, raça, idade, gênero costumam ser naturalizadas) e, fundamentalmente, como isso funciona nos diferentes níveis de governo (nacional, regional e local, ou, no caso brasileiro, federal, estadual e municipal).

Mediante esta perspectiva, neste dossiê procuramos desnaturalizar as formas de articulação dos sujeitos sociais com os dispositivos estatais, que assumem uma abordagem relacional, a qual permite desobjetificar categorias estanques (Estado, sociedade, mercado) incluindo as interfaces que operam entre interesses de grupos (sejam sujeitos hegemônicos ou subalternos) e a burocracia estatal, as formas de acesso a ela e os preconceitos que sua formação acarreta em cada etapa histórica e territorial. Espera-se que estas investigações contribuam para a construção de esquemas interpretativos autóctones/nativos, que reconheçam criticamente os legados do planejamento urbano e regional e que, ao mesmo tempo, permitam o exercício de vigilância epistemológica para evitar cair em interpretações coloniais (e neocoloniais) com as quais se costuma assumir uma suposta objetividade em torno de processos políticos que dão sentido à criação de um Estado e aos projetos econômicos alternativos nos territórios latino-americanos.

A abordagem com a qual tem início este dossiê, a ação política, é considerada uma prática rotineira. É claro que essas práticas são diversas e podem ter *loci* diferentes, a depender dos grupos sociais que as realizam. Isso significa que os movimentos sociais orientados para a produção concebem, constroem e projetam formas e lugares para conduzir políticas que são histórica e territorialmente contingentes. Esses lugares podem ser dinâmicos, situados dentro do espaço estatal, fora dele, em seus interstícios, e até mesmo conseguir estabelecer áreas ou intervenções que até certo ponto pareciam socialmente desconsideradas. Portanto, essas são “dobras” ambíguas e contraditórias nas quais se desdobram as práticas produtivas e reprodutivas dos movimentos sociais. Aqui, esses interstícios são considerados como formas dinâmicas nas quais a política se faz e onde ela reside, onde o par mobilização-institucionalização supõe reconhecer díades que não são dicotômicas, mas podem ser observadas como um *continuum* cujo principal resultado é cristalizar práticas, dotá-las de regularidade, rotinizá-las, institucionalizá-las, para transcender e estabilizar seu próprio momento de incubação.

Essa sobreposição entre as particularidades da forma de Estado e o *continuum* entre mobilização e institucionalização tem um substrato produtivo em termos de geração de valor. De

fato, nessa tríade Estado-organizações-produção, é interessante observar as formas alternativas de produção que se implantam no espaço social do cotidiano. Trata-se de mergulhar nas heterogeneidades do mundo do trabalho, por meio de múltiplos formatos (economia social e solidária, economia popular) nos quais a clássica relação capital-trabalho é tensionada, nas quais se registram relações plurais de produção e modos diversos de conceber o trabalho — sua conexão com as tecnologias, sua organização e seus tempos — e, inclusive, de construir fontes de renda a partir de ações criativas.

No âmbito deste debate, Sterling e García (2024: 21-36) constataam que têm sido propostas abordagens alternativas a partir de diferentes disciplinas que identificam e problematizam a relação entre os atores socioeconômicos e o Estado como sujeitos entrelaçados, com diferentes modos de interação e fronteiras difusas, caracterizados pela porosidade e pela presença de diferentes pontos de fricção entre o político, o econômico e o social (Cefaï, 2011). A antropologia do Estado alerta para as dificuldades de estudá-lo (Abrams, 1988), bem como aponta a complexidade e multiplicidade de atores diversos que compõem a burocracia estatal (Sharma e Gupta, 2006). Da perspectiva que assumimos aqui, o Estado não é uma instituição pré-constituída que desempenha determinadas funções, mas algo que é construído por meio das práticas cotidianas dos atores e das representações que eles têm do mesmo (Sharma e Gupta, 2006). Nessa perspectiva, o Estado pode ser pensado, por sua vez, como uma instância de articulação das relações sociais e dos aparatos institucionais (Oszlak, 1997). Segundo Sterling e García (2024) esse duplo papel nos permite interpretá-lo como um artefato concebido para a coesão e integração social (assimétrico e hierárquico) e uma arena na qual as contradições e disputas sociais são condensadas por meio das controvérsias que os grupos sociais e econômicos travam.

Nesse sentido, interpretar o Estado como uma arena de disputas significa assumir que nele convergem diversos atores socioeconômicos com diferentes racionalidades e interesses, disputando a partir de diferentes posições o controle dos recursos estatais, sejam eles simbólicos ou materiais (Gradin, 2018, p. 17). Essa perspectiva envolve questionar a separação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado e pressupõe uma sobreposição constante entre eles, abordando a complexidade de seus limites. Além disso, permite um exercício analítico de ida e volta, que, por um lado, reconhece a heterogeneidade dos atores socioeconômicos e estatais, seus interesses e racionalidades, as agências estatais específicas, lideranças, grupos e organizações envolvidas em uma questão específica e, por outro lado, contribui para identificar os projetos (sociais, políticos, econômicos, culturais) que os unem ou os separam, bem como os tipos de territórios e territorialidades que constroem. Uma maneira de abordar esse problema é por meio da abordagem de interface (Sterling e García, 2024).

Da nossa perspectiva, consideramos que agência e estrutura são construções sociais inter-relacionadas, mediadas pelas lógicas e racionalidades plurais dos atores socioeconômicos e resultantes do sistema de valores, interesses, matrizes de conhecimento e dinâmicas de poder de cada sociedade, em um dado momento histórico e contexto territorial (Sterling e García, 2024). Com base em sua inter-relação, Long (2007) argumenta que, embora a agência possa ser individual ou coletiva e esteja inserida em uma estrutura que gera restrições e oportunidades institucionais, é somente por meio de interações que ela se torna efetiva; e é por meio dessas interações que os atores socioeconômicos contribuem para criar, transformar e condicionar as estruturas nas quais estão situados.

Dessa forma, as interações são inerentes à condição do ator, enquanto dotado de agência. Esta condição permite-nos referir ao “ativismo institucional” como uma tática ou estratégia posta em

prática por atores coletivos em conformidade com os seus objetivos e desenvolvida por “ativistas institucionais” (Pettinicchio, 2012, p. 499). Ativistas institucionais são definidos como “indivíduos que afetam a mudança (desde a mudança de normas organizacionais até a reforma de políticas) dentro de organizações e instituições” (Pettinicchio, 2012, p. 500). Eles podem fazer parte de movimentos sociais, expressões coletivas de vários tipos ou membros da elite política que simpatizam com suas causas devido a antecedentes pessoais, ambições profissionais ou razões ideológicas (Sulkin 2005, in Pettinicchio, 2012).

A escala humana dessas expressões coletivas é relevante quando se trata de entender como as relações são estruturadas dentro das instituições estatais. O processo de formação do Estado é observado em suas atividades rotineiras, como a maneira pela qual as agências estatais estabelecem metas e objetivos, que às vezes são contraditórios; o modo como a definição restrita dos chamados “beneficiários” pode comprometer esses objetivos ou afetar negativamente outros grupos sociais, bem como os problemas que podem surgir das exigências e condições estipuladas pelos projetos (Sterling e García, 2024). Nesse sentido, a reprodução do Estado por meio de práticas burocráticas está longe de ser um processo linear, técnico e “suave”, pois pode haver risco de subversão por meio de críticas ou resistências às hierarquias e procedimentos inerentes a essas práticas, tanto entre os próprios burocratas quanto entre os destinatários dos projetos (Sharma e Gupta, 2006). Essas interações delimitam as fronteiras, os espaços e os territórios onde interagem agentes públicos, agentes de campo, representantes de organizações e a população; e onde aquilo que o Estado faz e não faz é negociado (Mitchell, 2006, p. 145, citado em Sterling e García, 2024).

Ao estarem inseridos no aparato do estado (com diversas formas de renda e estabilidade contratual), os ativistas institucionais têm acesso aos recursos estatais e podem influenciar na formulação e na implementação de políticas favoráveis aos interesses do grupo que representam ou ao qual pertencem (Tilly, 1978 e Pierson, 1994 in Pettinicchio, 2012). Além disso, eles podem consolidar alianças estratégicas dentro e fora da esfera ou arena estatal, que contribuam para a reestruturação institucional e política do próprio estado. Por fim, os ativistas institucionais trabalham em diversas questões de uma maneira que se sobrepõe ao Estado, aos movimentos sociais, às organizações e aos atores coletivos que desafiam a ordem social. É claro que esses ativismos envolvem mediações sociais em diversas escalas e esferas.

As mediações costumam ser concebidas como um instrumento de operacionalização do Estado, propício ao estabelecimento de pontes com o mercado e a sociedade civil, no qual a governabilidade de um projeto político é posta em jogo em um marco de conflito e disputa de poder (Dallorso, 2012; Gradin, 2018; Insunza Vera, 2013). Segundo O'Donnell (1977), a noção se refere a uma categoria explicativa das relações entre Estado e sociedade, baseada na suposta divisão de ambos os atores e na necessidade do próprio Estado superá-la para legitimar seu poder (Sterling e García, 2024). As mediações sociais têm conotações e características diversas dependendo do campo de estudo.

Na perspectiva que aqui adotamos, os mediadores podem ser ativistas institucionais (técnicos do Estado ou representantes de atores socioeconômicos) ou os próprios atores socioeconômicos que orientam ações e fazem a ponte entre a população alvo de uma política de Estado e a burocracia estatal. Sua tarefa central é “traduzir” as iniciativas estatais para essa população e torná-las socialmente significativas (Wolf, 1956). Assim, eles buscam desencorajar, adiar, canalizar e/ou regular as tensões que surgem entre comunidades e instituições estatais. Essa capacidade de canalizar e resolver demandas é uma tarefa fundamental para ativistas institucionais quando intermediam seus papéis e obrigações em órgãos estatais e o reconhecimento de situações

levantadas por membros de organizações. Esse papel de mediação é complexo e depende do contexto político, história de vida, formação técnica e profissional.

Sob o manto da perspectiva de análise aqui exposta, apresentamos a seguir os artigos que compõem a coleção. No presente dossiê, dos oito artigos selecionados, a metade, quatro, trata da luta pela terra, seja pela reforma agrária, seja pela agricultura familiar e circuitos de comercialização de alimentos por redes de economia solidária e agroecologia no Brasil e Argentina; sendo que dois trazem experiências de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); e um traz a luta pelo direito à moradia em área urbana.

O artigo de Cristina Valenzuela problematiza o conceito de espaço e propõe uma abordagem teórica que se mostra útil como insumo estratégico nos projetos de planejamento estatal. A partir desta possibilidade apresentada pela autora, examina-se o desenvolvimento da evolução das práticas de análise espacial, tanto as clássicas como aquelas renovadas perspectivas conceituais, relacionadas às noções de território e região, considerando o potencial desenvolvido desde a década de 1990.

Por seu lado, o texto de Henry Chiroque Solano parte do reconhecimento de experiências territoriais na Área Metropolitana de Buenos Aires que conformam redes de intercâmbio nas quais se trata de produtores e consumidores; algumas dessas redes são articuladas a partir de projetos de extensão das universidades. O autor identifica diversos dispositivos, como compras comunitárias (coordenadas e associadas), mercados de proximidade (feiras territoriais), redes de comercialização e consumo (nós) e espaços associativos de comercialização maior, entre outros. Para tratar desses processos, Chiroque Solano parte da abordagem dos circuitos socioeconômicos alimentares propostos por Rodolfo Pastore. Esses circuitos supõem que as relações e fluxos econômicos de produção- distribuição- circulação- consumo- reutilização procurem beneficiar simultaneamente tanto pequenos produtores quanto consumidores. No texto são observados três tipos de circuitos: cortes com mercados locais, compra pública e a relação com o prefeito.

O artigo “Custo em Jogo: decisões sobre alternativas de projetos econômicos antes do orçamento”, de Caio Santo Amore e Marcela Silviano Brandão Lopes, é fruto de diálogos entre os autores acerca dos custos diretos e indiretos da produção do espaço, mais especificamente de urbanização de territórios populares, edifícios de habitação e de equipamentos comunitários, incluindo seus efeitos externos, manejados nos processos de decisão sobre as diferentes alternativas que se impõem – e, muitas vezes, se opõem – em análises comparativas de viabilidades de construção. As reflexões reunidas no artigo propõem uma contribuição à chamada da Revista GEOgraphia para o *Dossiê*, pois são apresentados apontamentos críticos e referências metodológicas que têm intenção de se constituírem como ferramentas de processos decisórios acerca de alternativas adequadas nas políticas públicas, tanto na escala arquitetônica, quanto na escala urbana. Os autores buscam tornar mais complexa a clássica pergunta: “fecha a conta?”, e sugerem que urge mudar as formas de cálculo da viabilidade dos projetos urbanísticos e arquitetônicos para os territórios populares, assim como complexificar as variáveis que fazem a “conta fechar”, ao incorporar as economias sociais e populares já em curso nos diversos territórios, tendo como horizonte políticas públicas condizentes com o passivo habitacional das cidades brasileiras, assim como o enfrentamento das estruturais desigualdades urbanas.

O artigo de Gustavo Soares, José Ricardo Vargas de Faria, Amanda Laura Sousa Sakaguti e Robert de Almeida Marques, intitulado “Direito à moradia e função social da propriedade: o planejamento insurgente na comunidade Nova Esperança no município de Campo Magro (PR)” apresenta uma análise da ocupação da Comunidade Nova Esperança em Campo Magro, no Paraná,

iniciada durante a pandemia de 2020, por mais de 1200 famílias em um terreno público abandonado. A ocupação, coordenada pelo Movimento Popular por Moradia, se destaca pela luta por moradia digna e a disputa jurídica em torno da mesma, com foco na garantia da função social da propriedade. Foram feitas análises socioambientais, urbanísticas e jurídicas, com destaque para a conscientização da comunidade acerca dos desafios ambientais, especialmente por estar localizada na região do Aquífero Karst. A discussão evidencia as contradições da administração pública em relação à preservação ambiental e à função social da propriedade. A ocupação insurgente da comunidade ressignifica a questão ambiental, destacando o entrelaçamento de sua organização comunitária, das práticas sustentáveis e das lutas por direitos. Conclui-se que a comunidade promoveu a função social da propriedade ao consolidar elementos da vida comunitária, com ênfase à importância do planejamento insurgente na promoção de alternativas contra hegemônicas. Além disso, é ressaltada a importância da participação da comunidade e da conscientização socioambiental na construção de alternativas para o direito à moradia digna em contextos urbanos desafiadores.

O artigo “Reforma Agrária Popular e organização territorial na construção ontoprática de comunidades rurais no estado do Paraná” de Daniele Regina Pontes, José Ricardo Vargas de Faria, Marcelo Caetano Andreoli, Gabriele Borinelli, Gab da Silveira Muller, Maria Luiza Dias Ballarotti, Amanda Laura Souza Sakaguti e Bernardo Donasolo Machado analisa as experiências de planejamento e organização territorial de cinco comunidades rurais no Paraná, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A pesquisa explora como essas práticas promovem a construção de projetos de vida e relações socioespaciais que desafiam modelos tradicionais impostos pelo Estado, revisando os modelos institucionalizados de assentamentos de reforma agrária no Brasil, à luz das novas demandas sociais, ambientais e de produção. A partir do debate da experiência vivida e percebida dos trabalhadores assentados nas cinco comunidades, o artigo mobiliza o conceito de “ontoprática”, utilizado para entender a prática crítica que articula as experiências vividas e percebidas pelas comunidades na organização, construção e autonomia territorial que, respeitando as particularidades e especificidades locais, é mediada por relações dialéticas de negação e acomodação aos modelos concebidos de parcelamento rural institucionais na política de reforma agrária, e de afirmação e incompletude do horizonte concebido de assentamentos orientados pelo projeto político da Reforma Agrária Popular. Este artigo acrescenta e, ao mesmo tempo, tensiona as questões propostas pelo dossiê, posto que coloca a ênfase nas particularidades de cada processo político de construção coletiva das experiências, em seu caráter ontoprático singular, na politização do processo e na constituição de atores coletivos. Tal posicionamento confronta o lugar-comum das chamadas “boas práticas” no planejamento, tão caras às agências governamentais e aos organismos multilaterais que conformam os chamados modelos.

O artigo Horizontes para a Política Habitacional no MST: A Participação do Assentamento Egídio Brunetto I – Lagoinha SP de Tamyse Campos Bueno Norberto, traz a experiência de uma parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e uma associação internacional, a Associação do Centro Internacional de Construção com Terra (CRATERRE), localizado na França e que têm assistido comunidades tradicionais em diversos países, para a política de habitação rural de modo a enfrentar o modelo hegemônico e os gargalos da construção civil tradicional no campo, a partir de metodologias construtivas e processos formativos. A estratégia se inicia no Assentamento Egídio Brunetto I (Lagoinha SP) que já acumula experiência em construção com terra para então expandir para demais assentamentos do Brasil, por meio de canteiros- escola, de modo a independem do Estado ou das iniciativas privadas, mas da capacidade de concepção e soluções estratégicas dos assentados da reforma agrária em pautar, gerir, conceber e gestar

habitação rural com assistência técnica buscando uma autonomia construtiva nos territórios da reforma agrária. Do ponto de vista da proposta do Dossiê, este artigo exemplifica a agência de sujeitos para orientar suas ações (no caso, assentados do MST) para além de meros beneficiários de uma política de Estado e de sua burocracia estatal, a saber, a política habitacional do PNHR. Ambos artigos do MST questionam lógicas dadas de políticas enraizadas em assentamentos da Reforma Agrária a partir de racionalidades plurais em contexto territorial específico (Sterling e García, 2024). Como apontou Lang (2007), há uma estrutura capaz de gerar restrições mas também oportunidades institucionais, no caso de assentamentos da reforma Agrária, acessam recursos da política pública, e no entanto, estabelecem interações possíveis que contribuem para criar, transformar e condicionar as estruturas nas quais estão situados, experimentando e pautando políticas alternativas complementares às estatais.

Ainda discutindo políticas relacionadas ao espaço rural brasileiro, o artigo de Allan Leon Silva, Sandra Medina Benini e Jeane Aparecida Rombi de Godoy intitulado “Agricultura Familiar: Necessidade da Democratização do Território na Fronteira Agrícola do Estado de Mato Grosso/Brasil” reflete acerca da necessidade de estratégias de um modelo de desenvolvimento rural sustentável a partir dos desafios no estado do Mato Grosso, onde a territorialidade da agricultura familiar é ameaçada pelos impactos da expansão da fronteira agrícola, dominada pela expansão do agronegócio e do latifúndio. O artigo vai ao encontro do presente dossiê porque traz uma análise crítica e regionalizada quanto ao alcance de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na fronteira agrícola. Se tais políticas são instrumentos cruciais para a democratização do território, a concentração de terra, por sua vez, ainda é um dos principais entraves para esse mesmo objetivo. De acordo com a análise dos autores, há uma desigualdade no acesso aos Programas, que privilegia algumas regiões e produtores mais estruturados em detrimento de comunidades mais vulneráveis e com menor acesso a recursos. Os autores apontam os diversos obstáculos na implementação de tais políticas como entraves burocráticos, instabilidade orçamentária e necessidade de reformulações de modo a contemplar as especificidades regionais e simplificar os processos. As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar são diversas: o acesso ao crédito, acesso à assistência técnica, necessidade de maior integração em cadeias produtivas e sobretudo, acesso a mercados. Ainda assim, a territorialidade da agricultura familiar é calcada em uma forma de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola cujas práticas de manejo são mais sustentáveis em comparação com o agronegócio intensivo.

Por sua vez, o artigo de Nayla Ingrid Ramos Martins, Thaís Souza Pimentel e Renata Hermann de Almeida pesquisa as relações entre sociedade e natureza, com foco nas economias baseadas no ecossistema manguezal como elemento estruturador de sua existência, no qual os atores envolvidos apresentam relação de codependência com a preservação de recursos naturais e atuam, paralelamente, como agentes produtores do território ao contribuir para a contenção do uso e ocupação do solo por atividades vinculadas a economias dominantes, inseridas na lógica urbano-industrial. Os objetivos específicos deste trabalho são: desenvolver um estudo sobre as relações entre a sociedade e a natureza, identificar a rede de atores envolvida na produção de panelas de barro no bairro de Goiabeiras, representar uma biorregião urbana adotando o mangue e o conceito de bioeconomia bioecológica como referência principal de projeto. Para isso, no trabalho são utilizados os métodos de revisão bibliográfica e observação participante. O conceito de bioeconomia adotado no estudo visa compreender aquelas economias que apresentam relação de coexistência com o bioma. Especialmente, o conceito de biorregião urbana pretende evidenciar o território como bem

comum, e se insere nas discussões acerca da urbanização contemporânea, em interface com a crítica aos processos de desterritorialização.

Por fim, este dossiê busca levantar questões sobre as formas efetivas que os estados assumem no capitalismo periférico latino-americano. Isso não significa descartar teorias de Estado construídas a partir das experiências do Atlântico Norte, mas sim reconhecer as particularidades latino-americanas. O objetivo é explorar as especificidades deste continente, não identificá-las como um desvio do que um Estado capitalista deveria ser ou de como se deve agir em seu nome. Em vez disso, trata-se de compreender o potencial das interfaces e da ação coletiva na gestão pública, com suas deficiências e potencialidades.

Referências

- Abrams, P. (2015). Notas sobre la dificultad de estudiar el estado. En Philip Abrams, Akhil Gupta y Timothy Mitchell (Comp.), *Antropología del estado* (pp. 17-70). Fondo de Cultura Económica. México
- Abélès, M; M, Badaró. (2015). *Los encantos del poder. Desafíos de la antropología política*. Siglo XXI Editores. Buenos Aires.
- Cefai, D. (2011). Diez propuestas para el estudio de las movilizaciones colectivas. De la experiencia al compromiso. *Revista de Sociología*, 26, 137-166.
- Dallorso, N. (2012). Notas sobre el uso del concepto de dispositivo para el análisis de programas sociales. *Espiral (Guadalajara)*, 19(54), 43-74.
- Gradin, A. (2018). *Estado, territorio y participación política. Los estilos de gestión del Movimiento Barrios de Pie (2003-2019)*. Facultad de Ciencias Sociales. UBA.
- Isunza Vera, E. (2013). Interfaces socioestatales y proyectos políticos. La disputa entre rendición de cuentas y participación ciudadana desde la perspectiva de la igualdad compleja en Alejandro Monsiváis (Comp.), *Políticas de transparencia: ciudadanía y rendición de cuentas*. (pp. 17-30)
- Long, N. (2007). *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Colegio de San Luis.
- Mitchell, T. (2006). Sociedad, economía y el efecto del estado en Philip Abrams, Akhil Gupta y Timothy Mitchell (Comp.), *Antropología del estado*. México, Fondo de Cultura Económica.
- O'Donnell, G. (1977). *Apuntes para una teoría del Estado* (Documento CEDES No. 9). Centro de Estudios de Estado y Sociedad. Buenos Aires
- Oszlak, O. (1997). Implementación participativa de políticas públicas: aportes a la construcción de un marco analítico en A. Belmonte et al., (eds), *Construyendo confianza. Hacia un nuevo vínculo entre Estado y Sociedad Civil*. Volumen II. Jefatura de Gabinete de Ministros, República Argentina.
- Pettinicchio, D. (2012). Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy in Social Movements. *Sociology Compass*, 6, 499-510.
- Sharma, A; Gupta, A. (2006). *The Anthropology of the State. A Reader*. Blackwell Publishing. Londres.
- Sterling, P.; García, A. (2024). [Territorios, interfaces estatales y racionalidades plurales: aportes para la Argentina de principios de Siglo XXI](#). Ediciones del CEUR, Buenos Aires.
- Wolf, Eric (1956). Types of Latin American Peasantry. *American Anthropologist* 57, 452- 471.